



REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

3

QUASE DOIS SÉCULOS
MUDANDO O BRASIL

org.
Flávia Arruda de Sousa
Ana Paula da Cruz
Olliver Mariano Rosa

TENHO A SATISFAÇÃO DE celebrar a publicação do livro Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil, em cinco volumes, correspondentes a cada região do país. Trata-se de um conjunto de capítulos sobre a trajetória institucional, organizacional e pedagógica dos 38 Institutos Federais, dos dois Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, com o objetivo de divulgar a história dessas instituições. O acontecimento se reveste de grande relevância para a história da educação profissional e tecnológica no Brasil e para a história da educação em geral. As instituições que compõem a Rede Federal e seus integrantes – dirigentes, professores, funcionários, alunos, pais de alunos – podem se orgulhar desta publicação que comemora uma trajetória centenária de contribuição para a formação científica, tecnológica e profissional de trabalhadores para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país. A oportunidade desta publicação é evidente num momento em que a história da educação profissional e tecnológica, tendo em conta as reconfigurações institucionais ocorridas ao longo de sua história (escolas de aprendizes artífices, liceus profissionais, escolas industriais e técnicas, escolas técnicas federais, escolas agrotécnicas,

da publicação



editora ifg



Editora
IFMA



editora
IFPB



NORDESTE

3

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

QUASE DOIS SÉCULOS
MUDANDO O BRASIL

org.
Flávia Arruda de Sousa
Ana Paula da Cruz
Olliver Mariano Rosa

ISBN 978.85.67022.86-4

Esta obra está licenciada com uma Licença Atribuição –
Não Comercial – Sem Derivações 4.0 Brasil.



R335	<p>Região Nordeste / Organização: Ana Paula Pereira da Cruz de Moraes. Flávia Arruda de Sousa – Goiânia: Ed. IFG; São Luis: Ed. IFMA; João Pessoa: IFPB, 2024</p> <p>143 p.: il. color – (Coleção Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil; v.3 / Organização: Olliver Mariano Rosa).</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>ISBN (E-book): 978.85.67022.85-7 ISBN (Impresso): 978.85.67022.86-4</p> <p>1. Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – História. 2. Educação profissional e tecnológica – Expansão. 3. Institutos Federais. I. Título. II. Coleção. III. Moraes. Ana Paula Pereira da Cruz de (org.). IV. Sousa, Flávia Arruda de (org.).</p> <p style="text-align: right;">CDD 378.013</p>
<p>Catálogo na publicação: Maria Aparecida Rodrigues de Souza – CRB/1-1497</p>	

SUMÁRIO

Apresentação da coleção

Prefácio

Apresentação

1. A Rede Federal e os Ecos da Educação Profissional Tecnológica em Alagoas

Da Escola de Aprendizizes e Artífices ao Instituto Federal de Alagoas

FABIANO DUARTE MACHADO
BRUNO RODRIGO TAVARES ARAÚJO

2. Da Escola de Artífices ao Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia

História da Rede Federal de Educação Profissional na Bahia

VIRLENE CARDOSO MOREIRA
ALBERTO ÁLVARO VASCONCELOS LEAL NETO
NAIARANIZE PINHEIRO DA SILVA
SAMIR PEREZ MORTADA

3. Instituto Federal de Pernambuco

Educação, cidadania e desenvolvimento

ANÁLIA KEILA RODRIGUES RIBEIRO
ROSANA MARIA TELES GOMES

4. Tecer e conectar histórias

Trajetórias do ensino técnico federal no Piauí

FÁBIO ESTEFANIO DE BRITO LOPES
ARIANE DOS SANTOS LIMA
GEORGE JOSÉ DOS SANTOS LIMA
DIVAMÉLIA DE OLIVEIRA BEZERRA GOMES
ANTÔNIO AILTON FERREIRA DE CERQUEIRA

5. Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Instituto Federal

Trajetos da educação técnica profissional no Rio Grande do Norte

FRANCISCO CARLOS OLIVEIRA DE SOUSA
ANDRÉ GUSTAVO BARBOSA DA PAZ MENDES

6. Memória e legado

A História do Instituto Federal do Ceará

JOSÉ SOLON SALES E SILVA

7. A história de uma casa de educação centenária

O Instituto Federal da Paraíba de ontem e de hoje

EMMANOEL DE ALMEIDA RUFINO

JIVAGO CORREIA BARBOSA

LUCIANO CANDEIA

MÁRCIO VICTOR DE SENA DINIZ

PAULO HENRIQUE MARQUES DE QUEIROZ GUEDES

8. Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil

Instituto Federal do Maranhão, história e memória em movimento

CREUDECY COSTA DA SILVA

TEREZINHA DE JESUS CAMPOS DE LIMA

JANETE RODRIGUES DE VASCONCELOS CHAVES

9. Narrativas históricas das escolas originárias do Instituto Federal de Sergipe

Educação e transformação social

KELLY CRISTINA BARBOSA

CLEBER MARQUES DE OLIVEIRA

MANUELA DO NASCIMENTO SILVA

LARISSA COIMBRA DO NASCIMENTO

10. Das Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Médias de Agropecuária Regional da Ceplac ao Instituto Federal Baiano

GILSON ANTUNES DA SILVA

JOSUEL FERREIRA DOS SANTOS

RAFAEL OLIVA TROCOLI

11. Da gênese à expansão

O papel do Instituto Federal do Sertão Pernambucano – Transformando vidas, mudando o sertão

JADNAELSON DA SILVA SOUZA

INÊS SILVA GUIMARÃES

MARIA DIONÍSIA DOS SANTOS

MARIA NIZETE DE MENEZES GOMES COSTA

REJANE CHAVES BATISTA AMORIM

SOLANGE MARIA DANTAS GOMES

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO

“O QUE VALE NA VIDA NÃO É O PONTO DE PARTIDA E SIM A CAMINHADA.
CAMINHANDO E SEMEANDO, NO FIM TERÁS O QUE COLHER”

Cora Coralina

De epígrafe a esta apresentação são feitos os versos finais do poema “Meu melhor livro de leitura”, da poeta goiana Cora Coralina.¹ A travessia pelas páginas de um livro como uma experiência de transformação é o que esperamos oferecer aos leitores e às leitoras com a coleção *Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil*. Contudo, não nos cabe limitar a reflexão apenas ao otimismo esperançoso de sonhos de um futuro verde, sobretudo quando a vegetação perde vitalidade sob pilhas e pilhas de folhas de papel, tornando-se inócua à medida que esquece seu propósito, como acusa Bernardo Élis, outro autor goiano (e ex-professor da Escola Técnica de Goiânia), em seu “Poema burocrático do Dia da Árvore”: “E na terra cansada de ser inculca/ plantaram árvores cansadas de ser inúteis.”² Para que esse cansaço não assuma lugar de regra, a reflexão crítica sobre o passado deve ser uma constante de modo que o plantio no presente rejeje o caminho da lavra e lance com mais zelo as sementes ao solo.

Sob a inspiração da poesia, entregamos ao público leitor estes cinco volumes sobre a história das instituições que compõem uma rede tecida por milhares de histórias pessoais e profissionais de servidores/as técnicos/as e docentes, bem como de estudantes de, pelo menos, uma dezena de gerações.

¹ CORALINA, C. Meu melhor livro de leitura. In: CORALINA, Cora. *Vintém de cobre: minhas confissões de Aninha*. 3.ed. Goiânia: Ed. UFG, 1985. p.54-55.

² ÉLIS, B. Poema burocrático do Dia da Árvore. In: ÉLIS, B. *Primeira chuva*. Goiânia: Ed. IFG, 2021. p.85.

Certamente, houve tempo para que a sementeira se erguesse em troncos de árvores plantadas na extensão de norte a sul de nosso país. Essa referência vegetal se apresenta nas capas de cada volume: no primeiro, da Região Sudeste, aparece o jequitibá-rosa, considerado a maior árvore nativa do país; no segundo, da Região Centro-Oeste, o ipê-amarelo, cuja floração se apruma durante os períodos de maior secura; no terceiro, da Região Nordeste, o juazeiro, a lembrar sua presença marcante na cultura popular nordestina; no quarto, da Região Sul, a araucária e sua sobrevivência ante as ameaças de extinção; no quinto, da Região Norte, a samaumeira, chamada a “árvore da vida”. O porte, a resistência às adversidades, a inserção sociocultural, a resiliência e a vinculação com o mundo vivencial de várias populações poderiam ser algumas das características atribuídas à Rede por meio dessa metáfora arbórea. Para a numeração dos volumes, a princípio, seria seguida a ordem alfabética das regiões, mas, como o título coloca em destaque a longevidade da Rede em quase dois séculos de atividade, ou seja, de 1837 a 2024, ressaltou-se o valor dessa cronologia, dispendo o Sudeste no início, com a abertura do Colégio Pedro II, e, ao final, o Norte, onde estão localizadas algumas das instituições mais jovens. Essa ordenação também se orienta pela gradação de cores das capas, que, como concebidas pelo programador visual Pedro Carvalho, harmoniza-se à luz dos matizes do arco-íris.

A motivação inicial para a proposição deste ambicioso projeto editorial ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) foi a comemoração dos 115 anos das instituições que têm setembro de 1909 (um começo primaveril) como marco de sua criação – o qual se estende às demais por se considerar referência do primeiro esforço de estabelecer uma rede nacional para ofertar educação pública. A partir dessa motivação, constituíram-se os objetivos da coleção tanto divulgar uma história centenária tão influente nos rumos do desenvolvimento socioeconômico de nosso país quanto apresentar as peculiaridades da atuação das instituições em seu contexto local e regional, contribuindo, assim, para a construção das identidades institucionais por meio de pesquisas, documentos e registros fotográficos, de modo a consolidar uma fonte bibliográfica em que se reflita a multiplicidade da trajetória da Rede Federal. A proposta de publicação foi aprovada em plenário na 130ª Reunião Ordinária do Conif em janeiro de 2024, para lançamento durante a 48ª

Reunião Anual dos Dirigentes das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica (Reditec).

Esta coleção se materializa graças a um efetivo trabalho em rede, uma vez que uma publicação com abrangência nacional não poderia se concretizar em tão pouco tempo (de janeiro a outubro de 2024) se não pelo esforço coletivo. De uma parte, sete editoras assumem a organização: a Editora do Instituto Federal de Goiás se reúne em parceria de coedição com as editoras do Colégio Pedro II e do Instituto Federal do Espírito Santo para organizar o volume sobre as doze instituições do Sudeste; do Instituto Federal Goiano, para o livro sobre as cinco instituições do Centro-Oeste; do Instituto Federal do Maranhão e do Instituto Federal da Paraíba, para o trabalho sobre as onze instituições do Nordeste; do Instituto Federal Sul-rio-grandense, para as seis instituições do Sul, e do Instituto Federal do Pará, para as sete instituições do Norte. De outra parte, mais de 140 autores e autoras, servidores/as docentes e técnicos/as, ativos/as e aposentados/as, se incumbem da tarefa desafiadora de apresentar em pouco mais de duas dezenas de páginas a trajetória histórica das instituições onde trabalham ou trabalharam.

A preocupação com a narrativa histórica dessa trajetória foi sinalizada em 2009 durante as comemorações do centenário da Rede, que contaram com vários eventos, como o Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (de 23 a 27 de novembro de 2009), a Mostra Fotográfica Itinerante (entre 2009 e 2010), os Jogos Estudantis da Rede Federal (2010), o Festival de Arte e Cultura da Rede Federal (2010) e a publicação pela editora do Instituto Federal de Brasília do volume *Um passado vestido de futuro: fragmentos da memória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. Houve também celebrações em 2019, quando se completaram 110 anos. Nas duas ocasiões, foram criados selos comemorativos que marcaram a importância desses aniversários como ocasião para mostrar à sociedade a presença longa dessas instituições na história de nosso país, o que se repetiu com os festejos dos 115 anos. Um dos legados de tais comemorações é o portal eletrônico com uma apresentação gráfica de pontos principais do passado e do presente da Rede, mantido pelo Conif.

A essas iniciativas se reúnem pesquisas e publicações acerca tanto dos percursos individuais de cada instituição quanto das configurações da educação profissional ao longo do último século e das duas primeiras décadas

do século XXI. De uma parte, pode-se exemplificar com obras como a coleção *Instituto Federal de Goiás: história, reconfigurações e perspectivas* e os livros: *Cem anos de educação profissional no Brasil: história e memória do Instituto Federal da Bahia: 1909-2009*; *Das artes e ofícios à educação tecnológica: 90 anos de história*, sobre a instituição em Pelotas/RS; *Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina*; *A trajetória de 100 anos dos eternos titãs: da escola de aprendizizes artífices ao instituto federal [do Espírito Santo]*; *IFRN: 10 anos de criação em mais de um século de história*. A essas obras se somam vários artigos e livros sobre aspectos políticos, educacionais e sociais da educação profissional no Brasil, como é o caso de referências importantes como os títulos de prefaciadores/as da coleção: *Saberes e experiências em Educação Profissional e de Jovens e Adultos: a construção do conhecimento no Proeja Amazonas* (2010), organizado por Ana Cláudia Souza e Euzeni Trajano; *Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional* (2013), de Dante Moura; *História e política da educação profissional* (2014), de Marise Ramos; *O trabalho docente e os caminhos do conhecimento: a historicidade da Educação Profissional* (2015), de Maria Ciavatta; *Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica* (2023), de Eliezer Pacheco, e *Perspectivas da Educação Profissional e Tecnológica na Amazônia* (2023), organizado por José Pinheiro e José Cavalcante. A palavra deles/as refloresce as narrativas históricas presentes nestas páginas.

Nesse esforço de mapear publicações sobre a construção progressiva da Rede Federal ao longo de sua existência, é possível encontrar históricos institucionais por meio de busca na internet, mas o acesso a eles não é facilitado para o público em geral. Além de estarem dispersos nos vários portais oficiais, por vezes, esses históricos não se encontram ostensivos – quando, por exemplo, aparecem apenas na página dos câmpus mais antigos – e, com frequência, os dados apresentados neles se resumem a pontuar as mudanças pontuais em denominações ou a mencionar a legislação principal de constituição histórica da Rede. Falta, assim, uma publicação em que a história particular de todas as instituições possa ser conhecida para além da visão panorâmica que transita entre os marcos das escolas de aprendizizes artífices, dos liceus profissionais, das escolas industriais e técnicas, dos patronatos e colégios agrícolas, das escolas agrotécnicas, dos centros federais de educação tecnológica e, por fim, dos institutos federais, incluindo nesse conjunto o Colégio

Pedro II. Essa medida se faz necessária ainda a fim de demonstrar a urgência urgentes de medidas para estudo, catalogação documental, conservação e comunicação da memória dessas instituições, o que está patente em iniciativas mais bem estabelecidas, como as observadas no Memorial do Instituto Federal do Ceará – Dr. Raimundo César Gadelha de Alencar Araripe, no Centro de Memória do Instituto Federal do Instituto Federal de Minas Gerais e no Núcleo de Memória do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, exemplos a serem replicados por todo o país a fim de que a sociedade tenha mais uma entrada no ecossistema da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que foi instituída com essa nomenclatura há pouco mais de 15 anos.

Em dezembro de 2008, a Lei n. 11.892 instituiu a Rede Federal, por meio da reunião das 41 instituições cuja história é apresentada nesta coleção: os 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFs); o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG); o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ) e o Colégio Pedro II. A elas se somam a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e as escolas técnicas vinculadas às universidades federais, cuja organização obedece a princípios específicos. No artigo 5º dessa lei, apresenta-se a origem dos IFs, que se constituem a partir de dois processos: (1) da transformação de uma única instituição ou (2) da integração de duas ou mais instituições. Tais processos envolveram 31 centros federais de educação tecnológica, 75 unidades de ensino descentralizadas, 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades. Nesse conjunto, além do Colégio Pedro II, que está em atividade desde 1837, há outras instituições cuja história remonta ao século XIX, como o Instituto Federal do Paraná, que se origina da Escola Alemã criada em Curitiba/PR em 1869,³ e o Instituto Federal Baiano, que mantém em sua constituição a área da Fazenda Modelo de Criação, vendida ao governo da Bahia em 1897 e federalizada em 1918.⁴ Ao mesmo tempo, há o caso do Instituto Federal do Acre, que teve sua criação como escola técnica federal autorizada em 2007, mas que foi de fato implantado já como instituto federal,

³ IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Linha do tempo*. Curitiba: IFPR, 2023. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/institucional/o-instituto/historia/linha-do-tempo/> Acesso em: 15 jul. 2024.

⁴ IFBAIANO (Instituto Federal Baiano). *Histórico*. Catu: IFBaiano/Câmpus Catu, 2011. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/catu/historico/> Acesso em: 15 jul. 2024.

iniciando suas atividades em 2010. Assistimos, portanto, a uma diversidade de cronologias entre as instituições que se reconfiguraram para dar lugar à Rede, que, com uma diversidade similar à da flora brasileira, assomou-se à constituição de conjunto, sem, contudo, eliminar os matizes e as texturas das vegetações próprias de cada ecossistema local e regional.

A diferença temporal existe mesmo entre aquelas escolas que compuseram a primeira configuração de um sistema educacional nacional na primeira década do século XX. Em 23 de setembro de 1909, o então presidente, Nilo Peçanha, determinou, por meio do Decreto n. 7.566, que fossem criadas 19 escolas de aprendizes artífices (EAA), uma em cada capital estadual da época, as quais estariam subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. De acordo com Soares,⁵ a efetiva implantação das escolas aconteceu somente em 1910 entre 1º de janeiro, nos estados de Piauí, Goiás e Mato Grosso, e 1º de outubro, no Amazonas. A diferença de dias ou de meses nesse processo inicial de implantação sinaliza para a singularidade local das trajetórias dessas instituições congêneres, o que denota a tão frequente divergência entre as diretrizes legais no campo educacional brasileiro e sua aplicação no chão da realidade. Além da diversidade na temporalidade real de funcionamento das escolas, há duas exceções quanto ao projeto político de vinculá-las às capitais estaduais: no Distrito Federal, Rio de Janeiro, a instituição foi sediada em Campos, cujo prefeito articulou a doação de um prédio na cidade, o que não foi feito pelo presidente do estado à época, que afirmou não haver disponibilidade na então capital, Niterói; no Rio Grande do Sul, também não foi instalada uma unidade da EAA, porque já havia em Porto Alegre o Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia (mais tarde, Instituto Parobé), que, no entanto, passou a receber subvenção do governo federal por meio do Decreto n. 9.070, o qual, em 1911, aprovou um novo regulamento para as escolas criadas dois anos antes.⁶ As bifurcações dos galhos começaram a ressurgir antes mesmo de se erguer em corpo o caule em rede.

Depois desse regulamento de 1911, houve outro em 1918, que instituiu outras diretrizes a serem seguidas pelas EAAs, modificando, entre

⁵ SOARES, M. J. A. As escolas de aprendizes artífices – estrutura e evolução. *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 58-92, jul./set. 1982.

⁶ CUNHA, L. A. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

outros aspectos, a faixa etária dos educandos. Apesar de serem regidas por uma regulamentação comum, o que era um acontecimento diferencial na organização da educação pública no país, as escolas adquiriram feições específicas de acordo com as demandas de cada contexto. Por exemplo, havia no decreto de criação a indicação de que deveriam ser definidas até cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico, buscando consultar as especialidades das indústrias locais: segundo Cunha,⁷ praticamente todas ministravam carpintaria, a maioria incluía sapataria e alfaiataria, mas eram poucas as que ofereciam a formação que mais se ajustaria ao pretense fomento à incipiente industrialização com os ofícios de tornearia, mecânica e eletricidade, como se viu na unidade de São Paulo. O regramento geral se ajustou, portanto, ao cultivo próprio das realidades de um país com muitas desigualdades, especialmente no que diz respeito às atividades produtivas locais e regionais. E a seara dos cursos semeou novas culturas ou foi por elas semeada à medida que se modificaram as demandas políticas, econômicas, sociais e, por extensão, educacionais, o que se traduziu, no campear das décadas, na transição do nível primário para o secundário, nas diferentes configurações do ensino técnico de nível médio, na formação de mestres de oficina e professores, na oferta de engenharias e cursos superiores de tecnologia, na ampliação da atuação das instituições na graduação e na pós-graduação e, mais recentemente, na criação de bacharelados e licenciaturas, bem como de mestrados e doutorados profissionais e acadêmicos, alguns deles desenvolvidos em rede ou em parceria com outras instituições nacionais e internacionais. Esta é uma aragem profícua para estudo.

Os anos 1920 marcaram a rede em gestação por esforços de reestruturação a fim de garantir às EAAs condições adequadas para seu funcionamento em atenção à demanda do incipiente setor industrial brasileiro.⁸ A função assistencialista das escolas, direcionadas para a formação técnica dos “desfavorecidos da fortuna”, em pouco tempo adquiriria novas conotações por reverberação das mudanças no cenário político-econômico,

⁷ Cunha (2000).

⁸ ASSIS, S. M.; MEDEIROS NETA, O. M.; GONÇALVES, I. A. Das Escolas de Aprendizes Artífices ao ensino técnico industrial (1909-1943). *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 1, n. 22, p. 1-17 e14026, out. 2022.

que passava a requerer um movimento de industrialização do ensino. Os referidos regulamentos sinalizavam o percurso de reconfigurações que as instituições, tanto as criadas em 1909 quanto as implantadas posteriormente, seguiram ao longo de sua trajetória, decênio a decênio, em razão da reformulação das políticas relacionada à educação profissional e técnica, bem como ao ensino agrícola. As mudanças na formação oferecidas pelas escolas interferiam também no perfil do alunado recebido à sombra de suas copas, a idade, a instalação em regime de internato e, em um ponto de inflexão sociocultural, a liberação do acesso ao público feminino.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, o sistema federal das escolas de aprendizes artífices deixou de estar sob a gestão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o que, como revela Cunha,⁹ apontou para um novo projeto político educacional instalado no Brasil a partir da Revolução de 1930, com um alcance nacional mais efetivo. Em 1935, Francisco Montojos, titular da então recém-criada Superintendência de Ensino Industrial, curiosamente em resposta a um encaminhamento do poeta Carlos Drummond de Andrade, na época chefe de gabinete do ministro Gustavo Capanema, descreveu as condições estruturais das EAAs e discriminou as pedras no caminho da remodelação de seus edifícios. Em documento posterior, Montojos anunciou a construção de novos prédios em Piauí, Paraná e Pernambuco.¹⁰ Muitas dessas edificações, das quais há registros em vários dos capítulos a seguir, tornaram-se patrimônios arquitetônicos inseridos na paisagem das cidades, como um museu aberto, um museu vivo, habitado por uma história em processo.

Em 1937, com o estabelecimento de uma nova organização para o recém-criado Ministério da Educação, algumas das instituições passaram a ser liceus industriais. Apesar de essa nova disposição ter vigorado pouco, jornais de Santa Catarina, por exemplo, não demoraram a noticiá-la. Em Goiânia, a designação de liceu existiu apenas em documentos e jornais, visto que a inauguração da instituição na nova capital de Goiás aconteceu em 1942 já com a outra nomenclatura, sob a égide do Decreto-Lei n.

⁹ Cunha (2000).

¹⁰ MONTOJOS, F. *Ofício n. 3713, de 5 de novembro de 1935*. Rio de Janeiro: Superintendência do Ensino Industrial, 1935. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ARQ_GC_G&pasta=GC%20g%201935.0&pagfis=26 Acesso em: 30 jul. 2024.

4.127/1942, que estabeleceu uma nova organização para a Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial, constituída por escolas técnicas, escolas industriais, escolas artesanais e escolas de aprendizagem. Esse decreto instituiu unidades escolares em todo o país: nove na Região Sudeste – Escola Técnica Nacional, Escola Técnica Darcy Vargas, Escola Técnica de Química, Escola Industrial de Fiação e Tecidos, no Rio de Janeiro/RJ; Escola Nacional de Minas e Metalurgia, em Ouro Preto/MG; escolas técnicas em Vitória/ES, Niterói/RJ, São Paulo/SP e Belo Horizonte/MG (estas três últimas foram implantadas, a princípio, como escolas industriais); nove na Região Nordeste – escolas técnicas em São Luís/MA, Recife/PE e Salvador/BA (esta teria seu funcionamento condicionado à construção da sede) e escolas industriais em Teresina/PI, Fortaleza/CE, Natal/RN, João Pessoa/PB, Maceió/AL e Aracaju/SE; três na Região Sul – escolas técnicas em Curitiba/PR e Pelotas/RS e industrial em Florianópolis/SC; duas na Região Centro-Oeste – a Escola Técnica de Goiânia/GO e a Escola Industrial de Cuiabá/MT – e duas na Região Norte – a Escola Técnica de Manaus/AM e a Escola Industrial de Belém/PA. As folhagens da Rede cresciam pelos céus brasileiros.

Em 1959, a Lei n. 3.552 estabeleceu uma nova organização escolar e administrativa para os estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, transformando-os em autarquias. Nesse mesmo ano, o Decreto n. 47.038, que regulamentou essa modalidade de ensino, listou as 23 unidades que constituíam a Rede Federal, pouco se modificando em relação à configuração vigente desde os anos 1940. Mais que a letra da lei, em um fato notório aflorou mais concretamente o funcionamento em rede dessas instituições em diferentes dimensões, inclusive na articulação política de seus estudantes, que, em maio daquele ano, promoveram uma greve nacional com a adesão de várias escolas a fim de reivindicar a exoneração de Montojos do comando da pasta do ensino industrial em prol do desenvolvimento do ensino técnico-industrial do país, como registra notícia do *Diário de Pernambuco*.¹¹ Além de mostrar um movimento de integração multi-institucional favorecido pela constituição comum das escolas, esse evento revelou um

¹¹ ESTUDANTES técnicos industriais decretaram greve em todo o país. *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 119, p. 9, 26 maio 1959. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocRea-der/029033_13/56609 Acesso em: 10 ago. 2024.

aspecto da formação profissional do corpo estudantil, a qual ultrapassava e ultrapassa o atendimento ao mercado de trabalho, na medida em que engendrava e engendra, retomando as palavras de Bernardo Élis, muito mais que “alunos cansados fazedores de deserto”.

A dimensão federal das escolas técnicas foi confirmada em seu nome em 1965 com a Lei n. 4.759. Os diferentes nomes das instituições também participam do feito memorialístico. A designação de escolas técnicas e agrotécnicas federais foi a que vigorou por mais tempo, o que por certo criou uma identidade institucional com as gerações de estudantes que nelas se formaram e que perguntam quando ouvem sobre algum IF: “é a antiga escola (agro)técnica?” Entre as 41 instituições, apenas o Cefet/RJ guarda em sua identificação a homenagem a um servidor, o professor Celso Suckow da Fonseca, que nos legou os cinco volumes fundamentais de *História do ensino industrial no Brasil*. Essa nomeação, concedida em 1967, manteve-se mesmo quando a então Escola Técnica Federal da Guanabara foi transformada em centro federal de educação tecnológica em 1978, pela Lei n. 6.545. A exceção poderia ser a regra, uma vez que, durante todo esse tempo, as instituições resistiram a cenários muitas vezes adversos graças à resiliência de professores e professoras, técnicos e técnicas, gestores e gestoras, cujo trabalho foi indispensável para a construção dessa história e cujo nome poderia ser atribuído a sedes administrativas, auditórios e ginásios, porque o que fizeram não pode e não deve ser esquecido. Todavia, talvez não houvesse fachadas suficientes para homenagear tantos servidores e servidoras que fizeram e fazem acontecer a Rede, à medida que ela estende suas raízes pelas diferentes terras brasileiras.

Nos anos 1980, durante o governo Sarney, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, lançado em 1986, previu a instalação de 200 escolas técnicas – industriais e agrotécnicas –, em acréscimo às 57 existentes, conforme o relatório *Realizações do Ministério da Educação – Período: 85/90 – Governo José Sarney*.¹² Para alcançar essa meta, foi autorizada, por meio Portaria n. 67, de 6 de fevereiro de 1987, do MEC, a criação de unidades de ensino descentralizadas (Uneds) nas estruturas

¹² BRASIL. *Realizações do Ministério da Educação – Período: 85/90 – Governo José Sarney*. Brasília: Ministério da Educação, 1990. Disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/208_1.pdf Acesso em: 25 ju. 2024.

organizacionais das escolas técnicas federais e nos centros federais de educação tecnológica. Contudo, essa grande expansão, que pode ser considerada a primeira da Rede, foi menos numerosa que a previsão inicial, como se pode verificar da Lei n. 8.670/1993, em que foram criadas a Escola Técnica Federal de Roraima e 9 escolas agrotécnicas federais em 6 estados brasileiros e foram nomeadas apenas 33 uneds, distribuídas em 19 estados. A visada para o passado é indispensável ao mapeamento dos descompassos entre os planos governamentais e sua execução, o que torna fértil o solo para o florescimento de soluções para o futuro.

As escolas agrotécnicas federais possuem percursos ainda mais particulares que as instituições criadas em 1909. Conforme os históricos localizados nos portais institucionais dos IFs que provieram dessas escolas, praticamente em todas as décadas do século XX registra-se a criação de alguma unidade dedicada ao ensino agrícola, para mencionar alguns casos: em 1910, foi criado o Aprendizado Agrícola de Barbacena, na cidade de mesmo nome, e, em 1911, o Patronato Agrícola de Alagoas, em Satuba/AL; em 1923, o Patronato Agrícola Rio Branco, em Manaus/AM, e, em 1924, o Patronato Agrícola São Maurício, em São Cristóvão/SE; em 1941, a Escola Prática de Agricultura, em Santa Teresa/ES, e, em 1943, o Aprendizado Agrícola de Mato Grosso, em Santo Antônio do Leverger/MT; em 1954, a Escola Agrotécnica de Crato, e, em 1959, a Escola Agrotécnica Federal de Brasília, em Planaltina/DF; em 1962, o Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto, em Iguatu/CE, e, em 1969, o Ginásio Agrícola Clemente Machado, em Salinas/MG; em 1980, a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, na cidade homônima, e, 1988, a Escola Agrotécnica Marly Sarney, em São Gabriel da Cachoeira/AM; em 1993, como mencionado anteriormente, outras 9 escolas foram criadas; por fim, mais recentemente, em 2007, foi inaugurada uma escola agrotécnica federal em Nova Andradina/MS. Nesse percurso, igualmente secular, várias nomenclaturas foram empregadas, o que refletia mudanças na legislação pertinente a esse ensino e em sua concepção formativa: patronatos e aprendizados agrícolas, escola de iniciação agrícola, escolas agrícolas, escolas práticas de agricultura, ginásios e colégios agrícolas, escolas agrotécnicas. A flora da Rede não se espalhou somente entre os prédios das cidades, mas ocupou igualmente a vastidão dos campos.

Apesar dessa diversidade cronológica e terminológica, houve leis que repercutiram de forma mais abrangente sobre várias dessas instituições,

sinalizando para sua configuração como rede de alcance nacional. Em 1934, o Decreto n. 24.115, de 12 de abril, dispôs sobre a organização definitiva dos estabelecimentos de ensino elementar de agricultura, subordinados à Diretoria do Ensino Agrícola, o que representou a federalização de vários patronatos agrícolas e sua transformação em aprendizados agrícolas. Em 1967, o Decreto n. 60.731, de 19 de maio, transferiu para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura, passando a ser adotada a nomenclatura de colégio agrícola. Em 1993, a Lei n. 8.731, de 16 de novembro, transformou as escolas agrotécnicas federais em autarquias. Um ano depois elas passariam a integrar o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que repercutiu na organização de várias instituições, forjando a conexão de múltiplos biomas, semelhantes em sua diversidade.

A Lei n. 8.948/1994, além de reunir em um mesmo sistema federal escolas técnicas e agrotécnicas, deu início ao processo de “cefetização”, trazendo à cena a institucionalidade dos centros federais de educação tecnológica e uma atuação mais extensiva no ensino superior. Segundo Campello, no fim do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, todas as escolas técnicas federais e dez escolas agrotécnicas tinham se tornado Cefets.¹³ Quando a autora submeteu seu artigo, o governo Lula já havia começado a expansão da Rede Federal, que teve início em 2005 e prosseguiu em 2007 e 2011, com a instalação de várias novas unidades, com foco na periferia dos grandes centros urbanos e nos municípios do interior.¹⁴ No meio da plantação de escolas Brasil adentro, outro processo de transformação da Rede se estabeleceu: a “ifetização”. Como resultado dessa expansão, em 2024 existem 685 unidades, incluindo as vinculadas à Universidade Tecnológica Federal do Paraná e às 22 escolas técnicas ligadas às universidades federais. Para apresentar essa paisagem atual, incluímos, ao fim de cada volume, um catálogo de registros fotográficos dos câmpus e das sedes administrativas das instituições situadas nas mais diferentes localidades das cinco regiões do país. Estabelece-se um panorama como referência para um marco da história recente: o anúncio em março deste ano de outros 100 câmpus, uma

¹³ CAMPELLO, A. M. “Cefetização” das Escolas Técnicas Federais-Projetos em disputa, nos anos 1970 e nos anos 1990. *Educação e Tecnologia*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 26-35, jan./abr. 2007.

¹⁴ BRASIL. Ministério da Educação. *Expansão da Rede Federal*. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco/es/expansao-da-rede-federal> Acesso em: 20 ago. 2024.

maneira simbólica de comemorar o aniversário celebrado em setembro último, abrindo mais uma primavera.¹⁵

Embora no transcurso desses 115 anos haja marcos legais que se referiram às instituições que compunham a Rede Federal em suas diferentes configurações ao longo do tempo, as diretrizes e determinações adquiriram feições peculiares em sua inserção na realidade local e regional. Nos parágrafos anteriores, não fizemos mais que sumariar a localização de onde, gradativamente, foram sendo instaladas unidades que hoje constituem a capilaridade da Rede, a qual afirma sua importância justamente em seu movimento característico de interiorização. Todavia, isso não se desenvolveu de maneira uniforme, uma vez que em cada contexto intervieram influências políticas de diferentes esferas, bem como fatores socioeconômicos e culturais, fazendo com que os processos de implantação fossem mais céleres e consistentes em alguns municípios que outros. Há, portanto, particularidades nesses percursos que merecem ser conhecidas, o que nos esforçamos para compor nesta coleção em poucos meses de um verdadeiro mutirão, que envolveu tanto a elaboração dos textos quanto a seleção de fotos marcantes do passado e do presente de cada instituição, dispostas em belos mosaicos ao fim dos capítulos. As páginas que se somam nesta floresta de palavras e imagens são sementes a serem plantadas por outros/as pesquisadores/as em estudos aprofundados sobre essas memórias, amadurecidas pelo ciclo de outras estações.

Instituições e editoras não se constroem de fato com pedras e papéis, fazem-se, sobretudo, com pessoas, que devem ser nomeadas. Nesta empreitada memorialística, trabalhamos em conjunto com Adonai Lacruz, Ana Carolina Rigoni Carmo, Sarah Bertolli, Flávia Arruda, Ana Paula da Cruz, Carla Fiori e Raimundo Pacheco. Nós que assinamos a organização deste trabalho não tivemos tempo para misturar as raízes: “Apenas enlaçamos/ os ramos/ e sonhamos juntos”. Às palavras de Cora Coralina, juntam-se as da paranaense Helena Kolody para dizer melhor da matéria que brota nestas ou destas folhas.¹⁶ Esse sonho, contudo, não foi confabulado pelo sono, mas

¹⁵ BRASIL. Ministério da Educação. MEC celebra 115 anos da Rede Federal. *Notícias*, Brasília, 24 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/setembro/mec-celebra-115-anos-da-rede-federal> Acesso em: 20 ago. 2024.

¹⁶ KOLODY, H. Nós. In: KOLODY, H. *Viagem no espelho e vinte e um poemas inéditos*. 2. ed. Curitiba: Criar Edições, 2004. p. 33.

pelo labor do cultivo que se quer colheita, como se seguissemos o conselho do poeta amazonense Thiago de Mello: “Não vinga o sonho da folha/ se não crescer incrustado/ no sonho que se fez árvore.”¹⁷ Neste sonho coletivo, não negamos a nossa singularidade, entalhada na tensão entre nossa pessoa humana e a paisagem em que ela se inscreve, todavia, em um uso livre dos versos do poeta maranhense Ferreira Gullar, nas zonas onde coabitam ipês, jequitibás, samaúmas, juazeiros e araucárias “uma árvore está/ em qualquer outra”; quando seus galhos se entrelaçam em ponte, “uma árvore/ está em qualquer uma de suas folhas/ (mesmo rolando longe dela)”; se dessa ponte se faz história, “uma árvore está num livro/ quando um vento ali a folheia”.¹⁸ Ainda que esse vento traga a estiagem, não desistimos do nosso percurso, talvez com a escuta ao longe da voz-mulher da poeta mineira Conceição Evaristo: “E que venham todas as secas, o homem esperançoso há de vencer.”¹⁹ Assim, vencemos nós, os que sonham e fazem a educação.

Inspirado nessas palavras poéticas dos vários cantos de nosso país, peço licença aos leitores e às leitoras para me exprimir em singular no encerramento desta apresentação. Escrevo este texto como resultado do percurso de um pesquisador que não tem a Educação Profissional e Tecnológica entre seus principais focos de interesse, porém que aprendeu com Paulo Freire a importante lição de que a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Como egresso do então Cefet-GO e servidor do atual IFG, tenho esta instituição e a Rede que ela integra como larga parte do meu mundo. Pelo caminho da memória, estou a lê-la dia após dia e, nas páginas desta coleção, me junto aos/ às colegas que fazem o mesmo em seu lugar, propondo-se a cultivar conhecimentos e partilhá-los com quem se alimentará destas palavras.

OLLIVER MARIANO ROSA
ORGANIZADOR-GERAL DA COLEÇÃO

¹⁷ MELLO, Thiago de. Sonho domado. In: GOMES, J. *Dez poemas de Thiago de Mello (1926-2022)*. Disponível em: <https://vidasecreta.weebly.com/thiago-de-mello-dez-poemas.html> Acesso em: 15 ago. 2024.

¹⁸ GULLAR, F. *Poema sujo*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980. p. 91-92.

¹⁹ EVARISTO, C. Na esperança, o homem. In: EVARISTO, C. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2008. p. 55-56.

PREFÁCIO

Inicialmente, é imprescindível destacar e parabenizar a iniciativa e, em especial, a equipe editorial desta coleção e os/as autores e autoras e, ao mesmo tempo, agradecer o honroso convite a mim feito para prefaciar este volume que trata das instituições de EPT da Região Nordeste.

A obra é essencial porque contribui para historicizar as instituições federais de EPT, muitas das quais com mais de 100 anos de história. Embora considere como principal marco de fundação da atual Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) a criação das escolas de aprendizes artífices em 1909, a obra também trata de antecedentes ainda no século XIX, justificando, assim, o subtítulo “quase dois séculos mudando o Brasil”.

Apesar dessa história secular, após o processo de expansão e de criação das novas institucionalidades, ocorrido já no século XXI, instituindo as denominações Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFs), vimos observando um certo apagamento da história precedente. Está sendo usual encontrar artigos, livros, capítulos, dissertações e até teses com frases como: “A RFEPCT ou os IF, criados em 2008...” Ora, expressões dessa natureza, ao serem colocadas em trabalhos acadêmicos, deveriam ser complementadas por outras informações que remetam à origem dessas instituições. É verdade que a RFEPCT foi instituída e a denominação IF foi criada por meio da Lei n. 11.892/2008. Está escrito na lei (na ementa e no artigo 5º, respectivamente), mas isso não ocorreu a partir de um vazio anterior, não surgiu de repente, há todo um processo histórico anterior de mais de 100 anos, do qual se originam essas novas institucionalidades.

A meu ver, isso aumenta a importância da coleção e, por extensão, deste volume, que objetiva construir e divulgar a história, visando preservar a memória dessa Rede. Isso é indispensável, porque nos encontramos

em tempos que, para o pensamento pós-moderno, tudo é fluido, temporário, efêmero. Nesse contexto, teorias extremamente importantes e atuais são questionadas e denominadas pejorativamente de grandes narrativas¹, incluindo a produção marxiana e marxista e, em consequência, o conceito de classes sociais, necessário para compreender, analisar, criticar e buscar a superação da sociedade capitalista em que vivemos.

É exatamente ao conceito de classes sociais que remetem os capítulos deste volume (embora não o discutam explicitamente), e da desigualdade entre elas, forjadas como são pelo modo de produção capitalista, que, por meio da divisão social e técnica do trabalho, separa trabalho manual e trabalho intelectual, o que atravessa a formação profissional desenvolvida no interior dessas instituições ao longo de suas histórias. Isso é captado pelos/as autores e autoras deste volume, mesmo que, nem sempre, esteja evidenciado. Entretanto, com um olhar mais atento à leitura dos onze capítulos é possível identificar nas entrelinhas essa constante tensão entre formação para o trabalho manual e formação para trabalho intelectual, em cada momento histórico das trajetórias institucionais.

Sobre como a obra aborda essas trajetórias, cabe lembrar três aspectos teóricos importantes na escrita da história da educação profissional, conforme Ciavatta (2016, p. 2)²: “a história como processo e a história como método, a história do presente e os estudos comparados”. Os textos desta obra abordam dois desses aspectos. De uma parte, ocupam-se da história como processo nesse recorte temporal de mais de 100 anos. Ou seja, “a história vivida por indivíduos e sociedades, suas organizações sociais, suas estruturas de poder, as formas sociais de distribuição desigual da riqueza, a estrutura de classes sociais, a hegemonia política e cultural das classes privilegiadas” (Ciavatta, 2016, p.4). Nessa direção, os textos estão permeados pelas questões supramencionadas, o que contribui para adentrar as relações de poder, as formas de organização, as disputas que se estabeleceram ao longo do tempo nessas

1 LYOTARD, J-F. *A condição pós-moderna*. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

2 CIAVATTA, Maria. Da educação politécnica à educação integrada: como se escreve a história da educação profissional. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR, 10., 2016, Campinas. *Anais* [...]. Campinas: Unicamp, 2016. p. 1-22. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/eventos/histedbr2016/anais/pdf/1027-2869-1-pb.pdf>. Acesso em: 17 set. 2024.

instituições e, dessa forma, viabiliza que leitores e leitoras possam avançar em direção à essência delas.

De outra parte, também tratam da história do presente, pois os capítulos buscam analisar o atual momento, o que está acontecendo na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O processo de expansão é reiterado em todos os textos. A discussão sobre a integração entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio é abordada como o principal pilar de sustentação dessa Rede, materializando um espaço de disputa pela concepção de formação humana com base na politecnia, na omnilateralidade, na escola unitária, que, portanto, seja integral. Ou seja, a luta por concretizar uma concepção de formação humana que rompa com a dualidade entre as dimensões prática e intelectual, entre formação para o trabalho manual e formação para trabalho intelectual.

Feita essa discussão mais ampla da obra, trato de algumas especificidades dos capítulos que a constituem.

No primeiro, dedicado ao atual Ifal, o texto registra as memórias das mudanças institucionais e identifica como ocorreram esses processos por meio de dados históricos. Parte da origem na segunda metade do século XIX e início do século XX, seguindo as mudanças no processo de desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil, do Nordeste e de Alagoas, relacionando-os com as “transformações de nomenclaturas, das ofertas de cursos, do papel socioeconômico e cultural que a instituição teve e tem ao longo da sua história”. Ao final, dedica maior esforço à gênese da institucionalidade Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, “a partir das articulações, motivações e dinâmicas políticas e sociais do processo de criação do Ifal”.

Ao abordar o IFBA no segundo capítulo, os/as autores e autoras desenvolvem uma narrativa seguindo a linha do tempo que marcou as mudanças vivenciadas pelas institucionalidades que antecederam a atual, as quais lhes deram origem. Para isso, consideram duas dimensões: concepções de educação profissional e organização institucional, que se refletem nas diferentes nomenclaturas adotadas ao longo do tempo. A parte final do texto é dedicada à discussão sobre a atual denominação, IFBA, destacando sua presença em diferentes territórios baianos e sua

configuração institucional complexa, que agrega “diferentes níveis de ensino, diversidade discente, atividades de ensino, pesquisa e extensão”.

O próximo capítulo descreve a trajetória histórica desde a Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco (EAAPE), passando por várias institucionalidades até chegar ao IFPE, denominação atual, caracterizando-o como “lugar de acolhimento, transformação e desenvolvimento econômico e social”. O texto enfatiza as características, finalidades e objetivos do IFPE, descrevendo, inclusive, cada um de seus atuais câmpus, instalados do sertão ao litoral do estado.

No quarto capítulo aborda-se a trajetória da instituição que foi criada como Escola de Aprendizes e Artífices do Piauí (EAAPI), em 1909, até sua atual institucionalidade como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), a partir de 2008. Em que pese considerar o processo histórico, a análise enfatiza as memórias e trajetórias mais atuais (de 2008 a 2024). O estudo ressalta o IFPI como agente de transformação social, econômica e cultural do estado, ao proporcionar educação de qualidade que resulta em “oportunidades de crescimento pessoal e profissional, reafirmando seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.”

No quinto capítulo, dedicado à Instituição que tem origem na Escola de Aprendizes e Artífices do Rio Grande do Norte (EAARN), seguida de Liceu Industrial de Natal, Escola Industrial de Natal, Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (EIFRN), Escola Técnica Federal do RN (ETFRN), Centro Federal de Educação Tecnológica do RN (CEFET/RN) e, atualmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), os autores reconstituem essa trajetória histórica, analisando a complexa malha de relações intra e extramuros com a comunidade envolvente, cuja evolução é impactada por sua inserção em diferentes conjunturas históricas. Desvelam, ao longo do texto, “as múltiplas etapas das diferentes institucionalidades verificadas no âmbito estadual. Seus avanços, suas limitações e seus desafios, materializados em distintas fases – desde o início do século XX” até a atualidade.

O objeto de estudo do sexto capítulo é o IFCE, cuja origem está na Escola de Aprendizes Artífices do Ceará (EAAC). O texto apresenta em detalhes a EAAC, descrevendo sua infraestrutura, maquinário e, inclusive, o nome dos estudantes concluintes entre 1910 e 1921, por oficina

que frequentavam, e continua a descrição que passa por várias institucionalidades até chegar à atual.

O sétimo capítulo, com abordagem predominantemente historiográfica, trata do atual IFPB, partindo da Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, com o objetivo de relacionar as diversas reformas educacionais que marcaram a história da Educação Profissional no Brasil com as reconfigurações organizacionais, administrativas e pedagógicas dessa instituição, no decorrer de seus 115 anos. Nas seções finais do texto, faz-se uma análise crítica sobre implantação do IFPB, destacando-se seus atuais problemas.

De Escola de Aprendizes Artífices a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) é do que trata o oitavo capítulo. O texto traz importante contribuição à historicidade da Instituição, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com uso de fontes primárias e orais, evidenciando “acontecimentos da realidade vivida sob a sujeição de padrões políticos, econômicos, sociais e éticos-morais de períodos específicos do corpo social brasileiro e maranhense.”

O atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) é objeto do nono capítulo. Nele, os/as autores e autoras, destacam que o atual IFS tem origem na fusão de duas grandes instituições de ensino do estado: a Escola de Aprendizes e Artífices de Sergipe (EAASE) e o Patronado São Maurício, que tinham como objetivo a formação de mão de obra por meio do ensino industrial e agrícola. O objetivo do estudo foi descrever a trajetória institucional com ênfase no atual momento. Nesse sentido, apresentam as características gerais de cada um dos seus dez câmpus.

O décimo capítulo é dedicado ao atual IFBaiano. Por se tratar de instituição que tem origem agrícola, mais especificamente nas Escolas Médias de Agropecuária Regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e nas escolas agrotécnicas federais (EAF), os autores exploram esse processo histórico a partir de “um texto de natureza bibliográfica que levanta a trajetória de formação dessa instituição federal, apresentando, além desse processo de constituição, sua composição atual.”

Finalmente, o IFSertãoPE é objeto do décimo primeiro capítulo. Nele se apresenta uma linha do tempo institucional que revela a

trajetória de uma instituição mais jovem do que suas demais coirmãs do Nordeste, mas não menos intensa e significativa para essa região e para o país. Sua origem está no câmpus avançado da Escola Técnica Federal de Pernambuco. Assim, o texto descreve a trajetória do IF Sertão PE por meio de abordagem qualitativa, a partir de pesquisa bibliográfica. Evidencia-se “a maneira como a instituição está atrelada à realidade local, sendo uma fomentadora do desenvolvimento socioeconômico do Sertão Pernambucano.”

Feita essa pequena viagem introdutória à obra, agora, caro/a leitor e leitora, convido-lhe a se emaranhar na profundidade de seus capítulos para conhecer as origens, a trajetória, as memórias e a atualidade das onze instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica situadas na Região Nordeste.

DANTE MOURA

NATAL, SETEMBRO DE 2024.

APRESENTAÇÃO

RAÍZES PROFUNDAS, FRUTOS DE CONHECIMENTO

QUEM JÁ PASSOU NO SERTÃO
E VIU O SOLO RACHADO,
A CAATINGA COR DE CINZA,
DUVIDO NÃO TER PARADO
PRA FICAR OLHANDO O VERDE
DO JUAZEIRO COPADO.

E SAIR DALI PENSANDO:
COMO PODE A NATUREZA
NUM CLIMA TÃO QUENTE E SECO,
NUMA TERRA INDEFESA
COM TANTA ADVERSIDADE
CRIAR TAMANHA BELEZA.

O JUAZEIRO, SEU MOÇO,
É PRA NÓS A RESISTÊNCIA,
A FORÇA, A GARRA E A SAGA,
O GRITO DE INDEPENDÊNCIA
DO SERTANEJO QUE LUTA
NA FRENTE DA EMERGÊNCIA.

Antônio Francisco Teixeira Melo³

Para além de uma divisão regionalizada, moldada por uma trajetória histórica entrelaçada com interesses, percepções e oposições simbólicas diversas – especialmente nos séculos XIX e início do XX, nas terras ao norte e leste do que hoje se configura como Brasil –, o Nordeste também se destaca como um espaço de construção da identidade nordestina, caracterizado por sua geografia, clima, dinâmicas sociopolíticas e rica cultura popular.

³ MELO, Antônio Francisco Teixeira. *Os animais têm razão*. Fortaleza: Imeph, 2016.

Este volume, intitulado *Nordeste*, é fruto de um esforço coletivo da Rede Federal para refletir sobre sua trajetória ao longo de 115 anos de desafios e conquistas, inserido na coleção *Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil*. Este volume reúne as contribuições de uma ampla equipe de autores e autoras, composta por servidores do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), do Instituto Federal da Bahia (IFBA), do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), do Instituto Federal do Piauí (IFPI), do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), do Instituto Federal do Ceará (IFCE), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), do Instituto Federal de Sergipe (IFS), além do Instituto Federal Baiano (IF Baiano) e do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE).

Uma das árvores-símbolo da Caatinga, bioma que cobre os sertões do Nordeste, é o juazeiro (*Zizyphus joazeiro*), cuja etimologia de seu nome, “juazeiro”, deriva do tupi juá, que significa “frutos carnosos”. Com presença marcante na cultura popular nordestina, que prega a preservação dessa árvore, o juazeiro está presente na capa deste volume, simbolizando sua notável resiliência à seca e adaptação ao clima semiárido.

Suas folhas, que não caem durante a estiagem, são pequenas para reduzir a transpiração, uma característica típica das espécies desse ecossistema, de modo que o juazeiro desempenha um papel fundamental para as comunidades locais, e suas qualidades – resiliência diante das adversidades e capacidade de adaptação às condições ambientais – refletem os valores e a atuação dos institutos federais na educação do Nordeste.

Os institutos podem ser comparados a essa árvore perene da Caatinga, que simboliza resistência e acolhimento no sertão nordestino. Assim como os viajantes encontram sombra e descanso sob ela, os institutos oferecem apoio e orientação, com a oportunidade de reconfigurar trajetórias de vida por meio da educação. Presentes em áreas muitas vezes desassistidas, os institutos, tal como o juazeiro, que sustenta animais e pessoas com seus frutos nutritivos mesmo durante os períodos de seca severa, continuam a prover conhecimento e formação profissional, mesmo em tempos difíceis. Assim como as folhas do Juazeiro não desaparecem nas secas mais rigorosas devido ao seu profundo sistema radicular que busca a umidade do subsolo, os institutos resistem a crises

e ataques contra a educação, mantendo sua qualidade e compromisso com a formação de cidadãos capacitados.

Os institutos federais deste volume compartilham uma trajetória iniciada com as escolas de aprendizes artífices, fundadas em 1909 para formar tecnicamente as classes populares no contexto da industrialização do Brasil. Ao longo do tempo, evoluíram para uma estrutura multicâmpus, democratizando o acesso à educação técnica e superior, com foco na inclusão social através de cursos gratuitos e políticas de assistência para populações vulneráveis. Além disso, se destacam por sua forte atuação em pesquisa, inovação e extensão, promovendo o desenvolvimento regional sustentável e a inserção de alunos no mercado de trabalho.

Nos capítulos que se apresentam, veremos como, especialmente no Nordeste, essas instituições têm se moldado como os juazeiros da educação: adaptando-se, renovando-se e, acima de tudo, oferecendo oportunidades em terras onde o acesso ao ensino técnico e superior é um desafio.

No capítulo “História e Expansão do Instituto Federal de Alagoas: da Escola de Aprendizes Artífices ao Ifal”, observa-se a trajetória do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), envolvendo suas origens traçadas desde o século XIX, em 1854, com a criação da Casa de Educandos Artífices de Alagoas, que tinha a missão de qualificar a classe trabalhadora. Hoje, com 16 câmpus, a Instituição se dedica a programas inclusivos, como Proeja e Mulheres Mil, além de fomentar o cooperativismo e a economia solidária, consolidando seu impacto no desenvolvimento científico e tecnológico da região.

Em 1909, diversas escolas de aprendizes artífices foram fundadas, marcando o início de uma fase importante para a educação profissional no Brasil. Entre elas, destaca-se o Instituto Federal da Bahia (IFBA), cuja história é abordada no capítulo “Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal da Bahia: uma jornada de expansão e transformação educacional”. O texto enfatiza o papel do IFBA na promoção da educação profissional e tecnológica no estado, ressaltando seu crescimento contínuo e sua política de interiorização, com a implantação de dois novos câmpus, como anunciado em março de 2024.

Nesse mesmo ano, é fundado o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), cuja trajetória é apresentada no capítulo “Transformações do Instituto Federal de Pernambuco: da fundação à expansão multicâmpus”, que demonstra como a instituição expandiu sua atuação em áreas urbanas e rurais,

promovendo o acesso inclusivo à educação. O texto também destaca suas parcerias internacionais e o foco em energias renováveis, evidenciando seu compromisso com práticas inovadoras e sustentáveis.

Ainda tratando sobre esse período de fundação de 1909, pode-se acompanhar os capítulos “Da gênese à expansão: a trajetória do IFPI no contexto da educação profissional” e “Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal: trajetórias da educação técnica profissional no Rio Grande do Norte”. Naquele, o Instituto Federal do Piauí (IFPI) é descrito por sua atuação em áreas como agroecologia, energias renováveis e agricultura familiar, reafirmando seu papel no desenvolvimento sustentável e na inclusão social. Este traz o IFRN, que se consolidou como referência na formação técnica e tecnológica, promovendo impactos significativos na qualificação profissional e ampliando oportunidades, bem como contribuindo para a redução das desigualdades no estado.

Dando continuidade a essa saga, mais uma vez, pode-se apontar que como a árvore do juazeiro, que resiste e prospera em meio às adversidades do semiárido, oferecendo sombra e alimento mesmo em períodos de estiagem severa, os institutos federais se enraízam no compromisso com a educação pública, mantendo-se firmes diante dos desafios econômicos e políticos enfrentados pelo nosso país.

No ano de 1910, iniciaram suas atividades o Instituto Federal do Ceará (IFCE) e o Instituto Federal da Paraíba (IFPB). O IFCE é retratado no capítulo “Memória e legado: a história do Instituto Federal do Ceará”, cujo texto destaca sua evolução e seu pioneirismo em áreas como turismo e gastronomia, mencionando o seu hotel-escola, que iniciou seu funcionamento em 2014 e continua atendendo o público até os dias atuais. O IFPB, por seu turno, é abordado no capítulo “A história de uma casa de educação centenária: o IFPB de ontem e de hoje”, que traça sua trajetória, destacando iniciativas como a integração curricular e a criação de núcleos de pesquisa e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, reforçando seu compromisso com a inclusão e a diversidade.

O Instituto Federal do Maranhão (IFMA), fundado também em 1910, é apresentado no capítulo “Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal do Maranhão: trajetória de transformações no cenário educacional maranhense”. O texto aborda sua expansão territorial, acompanhada por uma diversificação de cursos e projetos inovadores,

com destaque para as áreas de energias renováveis e tecnologia, consolidando sua relevância no cenário educacional e tecnológico do estado.

De 1911, revela-se a narrativa da fundação do Instituto Federal de Sergipe (IFS), a última Escola de Aprendizes Artífices a ser criada no Brasil. Esse processo é detalhado no capítulo “Narrativas históricas das escolas originárias do Instituto Federal de Sergipe: da educação à transformação social”, que explora o impacto da instituição na promoção da educação profissional e seu papel transformador voltados para inclusão social, democratização do ensino e desenvolvimento regional.

As narrativas que serão desvendadas neste volume apontam que, assim como o juazeiro consegue ser uma fonte de vida nas áreas mais remotas das paisagens nordestinas, os institutos federais se destacam por levar educação gratuita e de qualidade a regiões mais longínquas, transformando não apenas o solo em que se plantam, mas também as vidas que tocam.

O capítulo “Das Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Médias de Agropecuária Regional da CEPLAC ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano” narra a trajetória do IF Baiano, destacando sua fundação em 1965, seu reconhecimento pela internacionalização e produção científica, além de sua relevância na difusão do conhecimento e na promoção do intercâmbio cultural, consolidando-se como uma instituição de excelência.

Por fim, o capítulo “Da Escola Agrotécnica Federal ao Instituto Federal do Sertão Pernambucano: uma trajetória de desenvolvimento educacional no semiárido” acompanha a evolução do IFSertãoPE desde 1988. Focado na formação técnica agrícola, o instituto promove projetos inovadores e sustentáveis voltados ao desenvolvimento rural e à inclusão social, com especial atenção às comunidades indígenas e quilombolas.

O que podemos escrever mais? Talvez que os capítulos a seguir permitem aproximar os institutos federais nordestinos ao modelo de uma árvore como o juazeiro: com raízes profundas, oferecendo acolhimento e suporte àqueles que por eles passam. Assim como essa árvore proporciona sombra e amparo a partir de suas grandes copas, os institutos fortalecem os que buscam neles apoio e formação, oferecendo-lhes os elementos necessários para seguirem suas jornadas rumo ao futuro, às metas e às conquistas. Entre seus frutos, florescem os conhecimentos

científico, técnico e tecnológico, pilares essenciais para o crescimento individual e regional, traçado pelas trilhas da educação.

Venha caminhar pelos relatos que se desdobram nas páginas deste volume, em que os institutos federais se revelam profundamente enraizados na história e no futuro do Nordeste. Boa leitura.

FLÁVIA ARRUDA
ANA PAULA DA CRUZ
ORGANIZADORAS